



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: ST8 Ambiente e Sociedade

O PROJETO “ENTORNO ESCOLAR”, ENTRE MEIO-AMBIENTE E MODERNIDADE (*FLORIANÓPOLIS-BRASIL*)

CHAGAS PARABOA, Clara Rosana

Doutoranda em Antropologia

Université Lumière Lyon 2 - Laboratoire CREA

cparaboa@yahoo.com.br

Resumo

O desenvolvimento e reorganização de territórios são indicativos do processo de modernização das cidades. Horizonte de projeções políticas e econômicas, novos projetos forjam a utopia urbana através de novas vias de circulação, de ocupação e renovação do espaço. Atualmente, as políticas de desenvolvimento urbano realçam a qualidade de vida e utilizam como "sinônimo" da mesma, o desenvolvimento urbano sustentável, o que muitas vezes gera tensões entre o que é do domínio do espaço público e do privado. Com uma paisagem ímpar e uma riqueza histórica, multicultural e ambiental peculiar a Armação, ao sul da cidade de Florianópolis, é uma das localidades da ilha que ainda resiste ao processo de expansão urbana emanado do centro de Florianópolis depois do início dos anos 60. A localidade conta com a escola Dilma Lúcia dos Santos que tem um papel social notável na comunidade. Ela participa na organização social do espaço urbano local e projeta a reconfiguração espacial do lugar através do Projeto "Entorno Escolar". O objetivo principal do projeto é, cito: "Transformar o terreno do entorno da escola Dilma Lúcia dos Santos em área pública e propor formas de ocupação visando o desenvolvimento sustentável e o exercício da cidadania." Mas o caminho não é tão fácil porque o terreno se situa num território de grande interesse político e econômico. Esta comunicação pretende, a partir da experiência de campo de minha pesquisa de doutorado em antropologia, apresentar elementos que despontam em torno do projeto "Entorno Escolar" como práticas sociais, políticas e culturais locais e problemáticas vividas na execução deste.

Abstract

The development and reorganization of territories are indicative of the process of cities modernization. A horizon of political and economic projections, news projects forge the urban utopia through new routes, occupation and renovation of space. Currently, urban development policies enhance the quality of life and use it as a "synonym" of sustainable urban development, which often causes tension between what is the domain of public space and private. With a unique landscape and a rich history and multicultural environment peculiar to Armação, the southern city of Florianópolis, is one of the locations of the island that still resists to the process of urban sprawl emanating from the center of Florianópolis after the early '60s. The village has a school, Dilma Lúcia dos Santos, who has a remarkable social role in the community. It participates in the social organization of local urban space and projects the spatial reconfiguration of the place through the *Projeto Entorno Escolar*. This was designed in 2005 by the school community, and since then mobilizes residents and neighborhood associations. The main objective of the project is, I quote: "Transforming the land surrounding the school Dilma Lúcia dos Santos in the public area of occupation and propose ways for sustainable development and citizenship." But the road is not so easy because the land is situated in an area of great political and economic interest. This communication has the intension, from the field experience of my doctoral research in anthropology, to introduce elements that emerge around the project *Entorno Escolar* as social, political and cultural practices and problems experienced in implementing it.

Palavras-chave: escola, desenvolvimento urbano, meio ambiente, práticas sociais

Keywords: school, urban development, environment, social practices

PAP1381

« Les hommes, les sociétés ne créent pas seulement son cadre pour satisfaire à des besoins physiques ou sociaux, mais également pour projeter dans un espace réel quelques-unes de leurs ambitions, de leurs espoirs, de leurs utopies. »ⁱ (Pierre Francastel In Roncayolo, 1990, p.28)

Para introduzir nosso artigo esclarecemos que a palavra “entre” presente no título é encarnada numa acepção de reciprocidade. Neste contexto, o “Projeto do Entorno Escolar” é visto não como um projeto que opõe o meio-ambiente à modernidade, no sentido de que a opção por um projeto de sociedade ou um conceito excluiria automaticamente o outro, mas como uma entrada, uma ponte que busca ultrapassar a dualidade natureza e sociedade e estabelecer uma mediação entre meio-ambiente e modernidade. Meio-ambiente aqui concebido enquanto meio biológico, físico-químico e social, que permeia o cultural, o político e o econômico. Modernidade, não considerada apenas como a constituição da esfera estatal, da coisa pública, e a inovação científica, técnica e tecnológica que permitiram e permitem o progresso e o melhoramento do contexto social em termos sanitários, materiais, de mobilidade, de comunicação e, portanto, de emancipação. Aqui, a modernidade é concebida também como um período da história ocidental inacabada e que busca avançar no sentido de Bruno Latour (1997) em direção a um híbrido indissociável de natureza, política e humano.

Na perspectiva das investigações atuais, o ambiente é um referencial de ação compartilhada. A agenda da política internacional a partir dos anos 70, ao integrar as noções de meio-ambiente e “desenvolvimento sustentável”, produz novas regras no que dizem respeito às cidades e a serem adotadas a nível mundial e que o Brasil incorporou rapidamente na sua moderna Constituição de 1988 e a reatualiza em 2001 com a Lei, denominada Estatuto da Cidade.

Esta estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental mediante a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;ⁱⁱ

No centro destas questões, encontram-se realidades construídas no âmbito da modernidade, ou seja, muitas cidades litorâneas brasileiras, em plena transição entre rural e o urbano e, “naturalmente” exploradas pelo turismo e pela ocupação urbana desordenada e ecologicamente predatória. Apoiados na Constituição grupos se articulam e se fortalecem para contrapor o modelo de desenvolvimento posto como é o caso do Projeto do Entorno Escolar.

As questões de reconfiguração espacial em áreas litorâneas, mergulhadas em ambientes que ainda resistem aos efeitos da exploração de seus recursos naturais e da urbanização acelerada, envolvem, sobretudo, interesses privados que ligados à especulação fundiária e à exploração turística, e no caso de Florianópolis, apresentam frequentemente consequências negativas para o meio-ambiente e para as comunidades tradicionais locais.

Florianópolis, devido à sua insularidade, abriga, em termos de paisagem, uma enorme riqueza cultural e natural, perceptíveis nas suas formas, cores, sons e cheiros. Sua multiplicidade ilha-continente-urbana-rural-balneária coloca a questão complexa do meio ambiente no centro da projeção da cidade na modernidade e no turismo internacional.

Nos últimos 25 anos, o acolhimento contingente de uma população, vinda principalmente das grandes metrópoles brasileiras, persuadida em mudar de estilo de vida, tem alavancado na cidade de Florianópolis, como em muitas outras cidades da costa brasileira, profundas mudanças sociais e ambientais.

Notadamente, a transformação da paisagem natural da ilha em *paisagem artificial* (Santos, 1988) tem criado sérios conflitos, pois atinge questões relativas ao desenvolvimento socioeconômico e político, tão difíceis de compreender e resolver. Esta realidade além afetar diretamente a vida dos antigos habitantes, nativos ou antigos moradores “estrangeiros”, destaca a fragilidade do meio ambiente da ilha.

Baseado num modelo contemporâneo de urbanização, acompanhado da ineficácia das políticas públicas ligadas ao planejamento urbano e gestão socioambiental, o espaço litorâneo torna-se objeto complexo de disputa e de negociação. Esta realidade cria cada vez mais um sentimento de insatisfação nos indivíduos e nas comunidades, e sob a influência dessas dinâmicas políticas, econômicas e ambientais, grupos se articulam para pressionar e mudar estas práticas contemporâneas de uso e ocupação do espaço.

Através do território de uma escola buscamos observar e analisar as políticas da cidade, que sem ainda um projeto urbano deliberado, engajam de maneira intermitentemente projetos de desenvolvimento e de renovação de áreas urbanas, redefinindo o uso da terra e das relações sociais presentes no território de maneira arbitrária. Nós nos questionamos se a escola tem um lugar e um papel no que diz respeito à configuração do ambiente urbano?

1. Florianópolis, uma cidade que se expande rapidamente.

A cidade pode ser considerada como um grande mural que se redimensiona constantemente e redesenha suas formas continuamente para construir uma nova composição, uma nova cidade, assim ela é essencialmente a construção e definição contínua da noção de fronteira espacial, temporal e social.

Para abordar o projeto do “Entorno Escolar” não podemos deixar contextualizar a cidade de Florianópolis na modernidade. Assim, duas imagens desta podem ser reveladas: a primeira mostra um grande fluxo de pessoas chegando – fugindo das pequenas cidades “atrasadas” e de centros urbanos inchados – e urbanizando de forma caótica as suas paisagens litorâneas. A segunda apresenta a transformação imposta nas relações entre o homem tradicional, o nativo, e a natureza, entre estes dois e a coisa urbana, que terminam, por fim, afetando os aspectos culturais e as relações entre as próprias pessoas.

Localizada numa pequena porção de terra continental e na Ilha de Santa Catarina, onde possui seu maior território, cerca de 54km de comprimento (norte-sul) e 18km de largura (leste-oeste), a capital do Estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, é uma jovem cidade brasileira de 286 anos essencialmente insular.

Graças aos seus atributos geográficos, a cidade se caracterizou no passado fundamentalmente pelas atividades econômicas relacionadas à pesca e à agricultura familiar herdadas da colonização açoriana, mas estas foram perdendo relevo a partir dos anos 1970 com a construção da sua segunda ponte, a Colombo Salles. O advento crescente do automobilismo contribuiu para a alteração da essência socioeconômica da ilha.

A construção da primeira ponteⁱⁱⁱ nos anos 1926, estabelecendo a ligação continente-ilha, viabilizou o sistema rodoviário adentro, diminuiu as distâncias entre os núcleos coloniais ao longo de sua costa e promoveu o seu desenvolvimento, dando-lhe ares de capital. Contudo, o fenômeno de expansão urbana continental e insular começou a realmente avançar depois dos anos 60 com o crescimento do aparelho administrativo do Estado, com a implantação de instituições como a Universidade Federal, a Eletrosul - Centrais Elétricas S.A.^{iv} e outras atividades econômicas afins. Eventos estes que estimularam a vinda de mão de obra qualificada de outros estados brasileiros, assim como de estudantes do interior do estado.

Na década de 70, o advento da abertura da Br101, estrada que liga o Brasil de norte a sul, movimentou consideravelmente a economia do país e Florianópolis recebeu seus reflexos. A partir desta década a capital de Santa Catarina se consolidou como centro político-administrativo do Estado e a sua economia se desenvolveu em torno dos serviços públicos, do comércio, da construção civil e, sobretudo do turismo, estando este profundamente ligado às políticas de desenvolvimento da capital. Sua indústria insipiente se restringiu ao vestuário, a informática e outras pequenas indústrias de transformação.

Entre os anos 70 e 90, o turismo começou a dar o tom da expansão urbana e este foi acompanhado de grandes empreendimentos imobiliários de padrão internacional ao norte da ilha, e, por conseguinte da valorização fundiária e da ocupação do solo de forma desordenada. Neste contexto, a máquina do turismo^v, um dos pilares principais do desenvolvimento e crescimento econômico da cidade, deflagra na ilha

profundos problemas ligados aos níveis sociais e ambientais causado pelo aumento faraônico da população^{vi} que de 193.530 hab. em 1991, ela passa a 339.063 no ano de 2000.

“Neste período uma campanha midiática maciça da cidade encabeçada pela Prefeitura, pelo Governo Estadual e por grandes empresas do ramo turístico-imobiliário vem proclamando Florianópolis como “a melhor cidade para se viver”, “a capital com melhor qualidade de vida do país”, projetando-a nacionalmente mediante uma imagem paradisíaca.”^{vii}

O fato é que, concebida sem planejamento e infraestrutura urbana para receber esse contingente de pessoas, a Ilha da Magia “naturalmente” fez a opção por um modelo de ocupação do solo excludente e segregacionista. A urbanização desordenada e arbitrária da cidade é constituída não só pela população de classe média baixa, mas também pelos interesses privados de grandes empresas da construção civil que transformam o espaço para receber turistas de classes média e alta, e esquecem-se das necessidades sociais das comunidades tradicionais da ilha. Segundo Margareth Pimenta (2005, p.39), esta lógica seguiu a racionalidade do próprio processo de valorização fundiária de áreas contíguas aos centros urbanos, desenhando assim um novo perfil econômico e social da cidade. Esse processo urbano, que acentuou as desigualdades sociais e o sentimento de vulnerabilidade das comunidades tradicionais, aponta para o tipo de progresso e desenvolvimento adotado pelas políticas urbanas locais.

Marcel Roncayolo questiona: “A cidade responde às necessidades quase universais da vida social?” Lembramos que Florianópolis tem recebido pessoas de diferentes classes sociais que vêm de várias regiões brasileiras e de outros países, seja de áreas rurais, de pequenas aldeias, seja de cidades de médio porte ou de grandes metrópoles. Esses homens e mulheres, além de condições de boa alimentação, habitação e trabalho, buscam na cidade o novo, a mudança e “benesses”. E, plenos de representações simbólicas, projetam para sua nova morada uma diversidade de ideais.

Meio a esta complexidade, as projeções concebidas em diferentes realidades e idealizadas para o espaço da Ilha, divididas entre modernidade e preservação da natureza, são dificilmente alcançadas de maneira fácil e simétrica devido aos divergentes valores e interesses políticos e econômicos daqueles planejam no futuro no lugar.

Maristela Fantin (2000) considera Florianópolis, em vários aspectos, ambígua e impregnada de velhas dicotomias. Nestes termos, a cidade é dividida: a ilha e o continente, o centro e os balneários, “os manezinhos” e “os de fora”, os progressistas: os “amigos” de Florianópolis (que querem o progresso e a modernização da cidade) - e os alternativos: “os inimigos” (os ecochatos ou “do contra”), entre outros. “É uma cidade espalhada, fragmentada, é um arquipélago com muitas “ilhas”, com “múltiplas cidades”. (Fantin, 2000, p.52). Deste modo, é nessa realidade que a Ilha^{viii} com suas “múltiplas tribos” está mergulhada.

A ideia de considerar a cidade como um lugar de ilusão, como um lugar onde predomina o “Império do Meio” (Latour, p.122) frutos da natureza e da cultura, ou seja, os múltiplos equipamentos urbanos, pode ser um forte argumento para a modernização da Ilha. Contudo, no fenômeno que a ilha provoca no imaginário daqueles que vêm de grandes cidades, sobre questões relacionadas ao meio ambiente, tecido naquilo que Yves Grafmeyer chama *passéisme ambigu* não é banal. Nesse sentido, o homem “normal” vivendo uma crise de valores associados à civilização urbano-industrial, destruidora da natureza e criadora da segregação social e da miséria urbana, parte das grandes metrópoles em busca de um novo modelo de ocupação. Em outras palavras, buscando romper com o que ele acha preocupante e até mesmo perigoso na sociedade industrial, a degradação socioambiental, o homem urbano procura um retorno à zona “rural”. No entanto, essas perspectivas são contraditórias, pois eles desafiam a sociedade industrial ao mesmo tempo em que colocam o espaço “rural” num projeto de urbanização não planejado, numa velocidade quase alarmante.

Situação posta, a Ilha de Santa Catarina é um espaço de grandes desafios fundiários, econômicos, ambientais e socioculturais, um território onde as lógicas da sociedade abastada tradicional baseada em interesses privados e objetivos desenvolvimentistas contraditórios geram perturbações e conflitos de diversas ordens, mas também acordos com grupos que apostam no debate ecológico e numa nova configuração sociopolítica local.

2. Num canto do sul da Ilha

O Distrito do Pântano do Sul^{ix}, entre os dez existentes em Florianópolis, contando com o distrito sede, é embelezado por belas praias e contextualizado por fortes valores culturais, históricos e ambientais, é uma das regiões mais preservadas da ilha, um dos poucos distritos que ainda possui intensas características rurais devido às grandes extensões territoriais legadas pela pequena agricultura familiar herdada da colonização açoriana. Situada a sudeste da ilha, a cerca de 25 quilômetros do centro da cidade, a localidade engendra tensões e conflitos ligados à inevitável expansão urbana e à destruição dos espaços naturais e de vida comunitária, deflagradas em todas as direções e cantos da ilha.

O bairro da Armação situado neste distrito, nossa área de estudo, era um dos principais núcleos de pesca artesanal de Florianópolis, inclusive de pesca de baleias no século XVIII, e ainda conserva suas características tradicionais, abriga casas residenciais simples ou de veraneio, mais aprimoradas, prédios de no máximo dois andares, ruelas planas calçadas com lajotas, o que contribui para a conservação do estilo de vida simples e tranquilo daqueles que lá escolheram para viver.

Além do verde intenso presente no seu cartão de visitas, o Parque Municipal da Lagoa do Peri^x que circunda a maior lagoa de água doce da ilha, e que além de proporcionar lazer, abastece as residências da região de água potável. O verde está presente em todas as direções: nos jardins das casas, nos matos dos terrenos baldios e nos morros cobertos de Mata Atlântica que cercam o lugar. Na localidade, ainda iremos encontrar diferentes ecossistemas como planícies alagadas, pântanos, mangues e nascentes que ainda alimentam dois rios, não mais translúcidos como outrora devido à falta de saneamento básico no lugar, que atravessam a localidade e desembocam na praia. Esta, além de servir ao lazer dos turistas no verão, é fonte de sustento para muitas famílias de pescadores.

Contrastado com o período de férias de verão, em épocas de normalidade, quando a praia se torna a razão principal da animação local e, as numerosas casas, ruas e restaurantes, vazios fora da estação, se enchem de agitação. No inverno, a Armação é um lugar pacato, silencioso e mesmo entediante para aqueles que apreciam a vida movimentada do centro e de outros bairros da cidade mais centrais ou *branchés*.

Contudo, em algumas horas do dia podemos observar uma circulação significativa de pescadores à beira-mar e no espaço central do lugarejo. Esporadicamente veremos grupos de hippies e de idosos na frente e nas dependências da igreja católica localizada em frente à praia. E, frequentemente, transeuntes que esperam o ônibus ou pedem carona para se encontrar mais rapidamente nos seus locais de trabalho ou de estudo em localidades adjacentes ou no centro da cidade. Porém, é à aproximadamente 700 metros do centrinho do lugar, à beira da rodovia asfaltada, que “aproxima” a comunidade do centro da cidade a cerca de há trinta anos, e bem de outras localidades do sul e do centro-leste da ilha, que a urbanidade local se manifesta.

Esta rodovia seria o equivalente à avenida principal do lugar. Ali se situa 90% do comércio e serviços que movimenta a vida cotidiana local. O comércio existente ali é básico e se reduz a pequenos supermercados, peixarias, lojinhas de roupas, de artesanato, de artigos de praia e de produtos diversos, agropecuárias, bares, lanchonetes, sorveterias, videolocadoras, tatuador, casa de câmbio, pizzaria, oficinas de reparação, madeireiras e lojas de material de construção. Em termos de serviços públicos a Armação conta com um posto de saúde, uma escola infantil e uma escola de ensino fundamental, de 1ª a 9ª série e que funciona como escola de ensino médio no período da noite, que também se localizam ao longo da rodovia e rua adjacente.

O lugar conta ainda com algumas pousadas, uma dezena de distintos espaços religiosos, associações de diferente natureza, uma farmácia, dois cybercafés, entre outros pequenos negócios. Mesmo sendo a localidade com maior densidade demográfica do distrito, portanto a que tem a melhor infraestrutura local, a Armação não é a sua sede e o lugar, como os demais pertencentes a este distrito, não dispõe de agência bancária, posto de gasolina, delegacia de polícia, correio, cartório, entre outros serviços públicos.

Ainda que às margens desta rodovia as ciclovias sejam inexistentes, as calçadas sejam muito poucas, 90% do acostamento não seja pavimentado e se encontre deteriorado pelas intempéries, esportistas, trabalhadores da

construção civil, pedestres, papais e mamães com ou sem carrinhos de bebe, velhos e crianças a pé, de bicicleta ou de carroça, sem opção, a utilizam frequentemente. Por conseguinte, pessoas, bicicletas - um meio de transporte muitíssimo utilizado no lugar - e outros veículos dividem o mesmo espaço. Destarte, como num jogo de videogame estes são obstáculos a desviar, pois os indivíduos, devido aos entraves existentes no acostamento, trasladam habitualmente na estrada e infelizmente constituem-se em alvos frequentes de carros, motos e outros veículos.

Fora da temporada de verão, podemos dizer que a vida acontece nos dois restaurantes a quilo frequentados por alguns moradores, professores da escola e turistas estrangeiros que por ali passam.

O lugar é movimentado também pelas festas religiosas, associações, carnaval, feiras de arte e artesanato promovidas por artistas locais, eventos promovidos pelo Conselho de moradores como concertos, o evento “A rua da criança” e outros.

A Armação pode ser considerada como o portal de transição entre o urbano e o rural do Distrito do Pântano do Sul, o pote de ouro no final do arco-íris, para as comunidades tradicionais lá existentes, para aqueles que procuram se isolar ou distanciar do centro nevrálgico da cidade, mas também para os investidores que planejam intensificar futuramente a ocupação do lugar com projetos urbanos voltados interesses privados.

3. Dilma, uma escola viva

Embora a cidade e a escola participem de mundos que nem sempre se comunicam, no território da escola, diferentes grupos sociais coexistem e mantêm relações diversas, em especial a escola e a família, que possuem a criança como centro de principal interesse, razão e estandarte de ligação.

Já no seu slogan “construindo e transformando” podemos apreender um pouco da dinâmica da escola da Armação, como é conhecida na cidade. Com a participação ativa do Conselho Deliberativo Escolar, da Associação de Pais e Professores, ela se inscreveu dinamicamente na tradição local, quando esta ainda possuía outro nome e se localizava noutro endereço.

No auge de sua integração com a comunidade, entre os anos 1990 até 2004, a escola já realizava diferentes atividades abertas de cunho pedagógico, cultural e recreativo, que traziam uma multidão de pessoas para dentro da escola, como a Feira de Arte e Ciências, a Festa do Folclore, o Campeonato de surf e de jogos de verão, Ciclos de debates para pais, Oficina de leitura e produção de texto, Reciclagem, Boi-de-mamão e Intercâmbio escolar no estado. Com a mudança constante de diretores e de professores, com o passar dos anos, a escola foi reduzindo as atividades “vitrines”. Contudo a escola ainda continuou sendo polo de atração e reunião comunitária.

Em que tanto único equipamento cultural do lugar, além de exercer sua função legítima, a escola Dilma com cerca de 660 alunos é um espaço vivo, aberto, que acolhe os alunos além do horário normal, no período contrário para a realização de projetos diversos como o da Rádio Escola, o da Reciclagem. Nas suas dependências, ela recebe também a comunidade para a realização de atividades diversas como, por exemplo, sessões de cinema, reuniões destinadas à discussão do Plano Diretor do Distrito, cursos de formação continuada, oficinas de artesanato e artes, entre outras atividades esportivas e culturais realizadas durante os finais de semana sob o título de Escola Aberta^{xi}. Além disso, a escola promove no mês de junho/julho, a tradicional e reputada Festa Junina, com a participação de toda comunidade escolar e a encenação do Boi-de-mamão^{xii}.

Em relação às questões ambientais, embora presente no Projeto Político Pedagógico da Escola, estas ficam restritas ao Projeto de Reciclagem de Papel (PROREPA), ao projeto da Horta Escolar, e a alguns projetos isolados de professores do 1º ao 5º ano. Do 6º ao 9º ano, os temas ambientais são eventualmente trabalhados de forma abrangente e sem uma visão integrada do território nas disciplinas de Ciências, Geografia História.^{xiii} Entretanto, uma professora de ciências realiza um trabalho relevante sobre as questões atuais relativas aos diferentes ambientes/ecossistemas do bairro.

Pensado como esta escola, enquanto um projeto comum, se desenhou no tempo e no espaço, me vem na lembrança a tradição criada no lugar por uma antiga diretora e todo um corpo de professores, pais e funcionários que engajados, investiram no papel social e cultural desta para que ela se inscreva na duração e na história do lugar.

É neste contexto que a escola concretizou e concretiza práticas no seu interior e, para além de seus muros através do princípio da lógica coletiva e tendo como estratégias, como fio condutor a construção de um projeto real de escola que tem como objetivo principal de viabilizar uma sociedade mais crítica e mais compromissada com a ética e os valores do grupo social^{xiv}. Assim, podemos dizer que esta escola se caracteriza pela sua identificação com o lugar onde ela está, onde ela vive, portanto ela possui um papel fundamental no universo local.

Pensamos que a escola contemporânea deve ter outro papel na sociedade para além da lógica da transmissão de conhecimentos ditados nos programas de ensino nacional, pois quando ela fica restrita ao escolar, ela se distancia de práticas transversais socializadoras. Segundo Pontuscha (1993, p.143), “rua e escola vivem seus compassos como pares que se unem e se separam na mesma dança”.

4. Em torno da escola

Eu e a Suzana fizemos uma arapuca para o prefeito. Ele veio para a história do enrocamento... veio um monte de gente^{xv} para a Armação e eles estavam na nossa frente, né. Eu digo: é agora que nós vamos! O prefeito ia chegando e ela disse assim: Vamos pegar o prefeito! Eu disse: Tu chegas, tu pedes para ele e eu filmo na hora! Ela chegou em cima dele e eu em cima também, filmando, assim,ô! Assim como nós estamos! “Prefeito vai dar? E o prefeito bem sério: “Eu dou!” Pronto, né? Na frente das câmeras... Pô, aí ele assinou! Foi uma armadilha que fizemos para ele. (...) A coisa filmada é diferente! Tu filmas, tu mudas! O pessoal fica com o maior medo de ser pego falando... !(Sérgio Aspar – Vice-diretor do conselho de moradores – entrevista concedida em Florianópolis dia 17 de julho de 2011)

Permeada de significados e de sentimentos tais como ousadia, animação, conquista e mesmo preocupação, essa ação que me foi relatada, foi investida no final do mês de junho de 2010 por uma professora da escola e o vice-diretor do Conselho de moradores, também proprietário de um jornalzinho do bairro onde foi divulgado uma foto e o texto “A Suzana (...) deu o cheque-mate: Prefeito não falta mais nada no processo, só sua assinatura. E ele assinou no dia 06.07.2010.”^{xvi}

Este ato político foi o resultado de uma série de vivências, ações^{xvii} e relações estabelecidas anteriormente por diferentes atores sociais da comunidade a partir da escola, entre eles destaco o papel fundamental da professora Zenaide, e que os engajaram na fabricação da cena que desencadeou a assinatura de um decreto-lei que declara o terreno localizado no entorno da escola em área de utilidade pública e o destina a implantação do Projeto Entorno Escolar e a preservação ambiental. Em ocorrência, uma atitude atendida depois de quase dois anos contados a partir da vinda do prefeito à escola, em 2008, para um encontro com os habitantes e atores sociais com a finalidade de apresentação do projeto do Entorno Escolar, quando ele se engajou a cooperar com o andamento da questão que, entre outros, implica a negociação da compra do terreno. Mas o caminho não é tão fácil porque o terreno se situa num território de grande interesse político e econômico. Entre as dificuldades iniciais em executar o projeto está a oposição dos atuais proprietários que objetivam a construção de um condomínio fechado.^{xviii}

O Projeto Entorno Escolar, já no seu nome evoca seu significado, exprime um conteúdo constitutivo. Mais que caracterizar o projeto escolar, a designação “entorno” pode ser relacionada à um espaço geográfico determinado pela continuidade, pois situa e designa o que está na volta, na vizinhança, nos arredores, portanto no contorno da escola. Mas outras características alimentam sua significação simbólica. Pensado enquanto contorno, nos permite imaginar uma linha que limita um território, o que não significa ser limitado

por este, noutro sentido podemos pensar no verbo contornar, no sentido de buscar estratégias para ultrapassar uma situação apresentada como difícil ou complexa.

E é neste sentido que atores sociais propõem esse projeto: através de um fio condutor que alinhava o aspecto afetivo que começa na escola, que abraça e estabelece um elo entre os elementos socio-históricos com os elementos do patrimônio natural e material do lugar.

Através da escola a sociedade local projeta seu *cadre de vie*. Num movimento vanguardista, através de estratégias individuais e coletivas, traduzidas em ações e interações fazem o sonho circular e, portanto, avançar em direção a um objetivo coletivo, tornar-se realidade para a comunidade local, transformando-se assim numa outra definição coerente para entorno. Enquanto primeira pessoa do singular do verbo entornar, adquire o sentido de transbordar que pode ser traduzida a partir de um de seus principais pilares, a criação/conservação/preservação de um Corredor Ecológico que se situa ao lado da escola que liga duas Unidades de Conservação marinha e costeira da Mata Atlântica.

Neste contexto, o projeto pensa os “vazios” urbanos e nas necessidades sociais presentes na comunidade, consciente de todas as mudanças já experimentadas noutros núcleos da ilha, outrora isolados, e que se sujeitaram às consequências negativas de projetos apoiados no modelo de desenvolvimento socioeconômico voltado apenas para o setor turístico. Assim, o projeto do Entorno Escolar participa na organização social do espaço urbano e projeta a reconfiguração espacial do lugar. Seu objetivo principal é: “Transformar o terreno do entorno da escola Dilma Lúcia dos Santos em área pública e propor formas de ocupação visando o desenvolvimento sustentável e o exercício da cidadania.”^{xix}

Realmente um projeto audacioso. Um convite a estabelecer uma rede num “mundo não-moderno” nas palavras de Bruno Latour, unindo a natureza, discurso e sociedade. E onde aqueles componentes do Ser que nos ligam uns aos outros: a paixão e o desejo, o significado e o sentido possam coexistir e tornar o Meio-ambiente e a Constituição a nossa verdadeira casa comum. (Latour, 1997, pp. 120-122).

Notadamente, estratégias criadas para se atingir os objetivos coletivos implicam em compromisso social, enfrentamento de situações de conflito e negociações constantes entre uma multiplicidade de atores que participam em diferentes setores e escalas sociais, políticas e financeiras. A comunidade escolar, considerando a pertinência dos fatos e a potencialidade de consolidação de um projeto social, se organizou e se lançou em discussões coletivas visando à resolução de questões fundamentais para a sua sobrevivência face ao caos.

Depois de muiiita batalha e tal, numa das enchentes “eles” vieram visitar e aí viram que a coisa era bastante complicada, bastante catastrófica. E, eles nos deram um desafio: Vocês acham o terreno que a gente busca recursos para a construção da nova escola. Este terreno onde hoje está a escola, era um desejo antigo que esse não se transformasse em uma área urbanizada e tal, pela proximidade que a gente tinha com a escola, né? (...) Era a oportunidade de a gente conquistar este terreno para a comunidade, que é ainda um dos poucos terrenos grandes que está vazio e que é próximo do posto de saúde e da educação infantil. (...) então, quando a gente começou a negociar... a participar da construção (da nova escola) uma comissão de pais e professores e fomos acompanhar a execução do projeto. Nos apresentaram o projeto da escola, é um projeto padrão que tinha na época. Naquela época, a gente visitou as escolas construídas recentemente nesse projeto e a gente não gostou de algumas coisas que a gente achava que não se adaptava para a nossa realidade (...) a gente começou a negociar mudanças no projeto e nisso a gente soube como era a questão do terreno e, a gente descobriu que o terreno que “eles” adquiriram, desapropriaram, não era o terreno inteiro era muiito menor inclusive do que estava previsto para a construção da escola!(Glória Carice Martins – ex-mãe de aluno e Ex-Presidente do Conselho deliberativo da Escola – entrevista concedida em Florianópolis dia 10 de março de 2011)

O trecho desta narrativa nos interpela em muitas questões relativas ao vivido, ao contexto material, e as representações e os símbolos que tangem o significado e o signifiante e assim nos possibilita a análise de diferentes práticas sociais presentes no lugar e aquilo que pertencente às relações entre a sociedade e o poder

público. Contudo, aqui nós vamos nos ater rapidamente ao contexto de proximidade que a escola estabelece com o lugar e as possibilidades de intervenção desta na realidade local. Destarte, o que ressalta aos nossos olhos é o vínculo desta instituição com a sociedade local e o engajamento destas nas questões públicas.

A escola conjuntamente com a coletividade, numa tomada de consciência dos problemas quotidianos que as submergem e as envolvem, se implicam mutuamente num verdadeiro projeto híbrido, enquanto um processo de produção, de *devenir* e de transgressão perpétua como nos aponta Swingedouw (2007). Neste contexto, o híbrido natureza e sociedade, mediados por práticas materiais e ideológicas, se combinam para a produção da paisagem urbana.

A tomada de consciência que os obstáculos ligados ao “planejamento” urbano a serem ultrapassados são sistematicamente de ordem institucional implicando posições de ordem política e financeira – uma realidade complexa e não linear; realidade esta fabricada pelo homem no coração da modernidade – é caminho árduo, e que e que frequentemente desestimula as ações dos indivíduos, desmantela o coletivo, os marginalizando e os exclui da produção de uma sociedade aspirada democrática e participativa.

Com o poder legítimo de participação e intervenção na realidade urbana local a escola Dilma Lúcia dos Santos não se abstém de sua responsabilidade na construção da cidade e da cidadania. Essa experiência vivida na Armação manifesta a razão pela qual a escola não pode ignorar os fatos que a circundam. Nesse sentido, enquanto a política da cidade estrutura e ordena o espaço público, a escola, de maneira participativa e engajada, incorpora o sentido de urbanidade e de *modernidade* no sentido de Bruno Latour (1997) um híbrido indissociável de natureza, política e humano.

5. Conclusão

Nos territórios sobre os quais a cidade se ergue, se desenvolvem um conjunto de relações que dependem de realidades, de mecanismos e de escalas diferentes como menciona Roncayolo (1990, p.19), mas que ao mesmo tempo são influenciadas, inevitavelmente, pela dimensão espaço-temporal e ações sociais locais.

Parte das inquietações atuais é a dinâmica urbana encontra-se nos territórios onde as escolas estão inseridas, tendo em vista a consciência dos problemas presentes e do futuro que se quer deixar para estas. Professores, diretores, pais de alunos, alunos e vizinhança se preocupam com o futuro incerto imposto por parte do poder público e privado, preocupados cada vez mais com a terra no sentido da construção de condomínios fechados para os ricos recém-chegados ou de resorts voltados para o turismo internacional. E, em detrimento dos anseios da comunidade, eliminam áreas públicas da cidade, que "deveriam" ser previstas para o lazer e a sociabilidade dos moradores locais: crianças, jovens e adultos.

Neste contexto, tendo em vista a trajetória da cidade de Florianópolis com seus diversos desafios estruturais e aqueles relacionados às disparidades socioespaciais e ambientais, os cidadãos são desafiados a participarem diretamente e a decidirem sobre as dinâmicas urbanas e políticas afins.

Assim, respondendo a pergunta que coloco na introdução. A escola tem sim um papel a exercer na cidade, e que não pode ser considerado como neutro. De modo inequívoco, ela não é só um componente arquitetônico incorporado no contexto urbano, um patrimônio da cidade de valor simbólico. A escola participa da história, da memória e da tradição dos habitantes e tem um valor fundamental na educação cidadã e na “fabricação” do espaço citadino na forma de *un monde non-moderne*.

6. Bibliografia:

Alexandre, A. F. (2004). Políticas de resolução de conflitos socioambientais no Brasil: o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis/Blumenau: Editora da UFSC e EdFurb. v. 01

Fantin, Márcia (2000). Cidade dividida: Dilemas e Disputas Simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura.

Latour, Bruno (1997). Nous n'avons jamais été modernes. Paris: Ed. de la Decouverte & Syros.

Nascimento, Rosemy da S. (2003). Instrumentos para prática de educação ambiental formal com foco nos recursos hídricos. Tese de doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas, Área de Concentração Gestão Ambiental do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Pimenta, Margareth de C. Afeche (org.) (2005). Florianópolis do outro lado do espelho. Florianópolis: Editora da UFSC.

Pontuschka, Nidia N. (org.) (1993). Ousadia no Diálogo. São Paulo: Edições Loyola.

Pozzo, R. R. E Vidal, L. M. (2011). A cidade contra a ilha: aspectos da urbanização contemporânea em Florianópolis in XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, UFMG, Belo Horizonte.

Recuperado em 20 de abril de 2012 de

<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/6671fcd60a86451177ef975fdc5ff5ce.pdf>

Roncayolo, Marcel (1990), La ville et ses territoires. Paris: Gallimard.

SANTOS, Milton (1988). Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Editora HUCITEC.

Swyngedouw, Erik (2007/1) Modernité et hybridité nature, « regeneracionismo » et la production du paysage aquatique espagnol, 1890-1930. *Géographie, économie, société* (Vol. 9, p. 39-68).

ⁱ Homens, as sociedades não constroem seu entorno somente para atender às necessidades físicas ou sociais, mas também para projetar no espaço real algumas de suas ambições, suas esperanças, suas utopias. Traduzido por nossos cuidados.

ⁱⁱ LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Recuperado de 30/05/11 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm.

ⁱⁱⁱ A Ponte, pênstil, Hercílio Luz, desativada em 1982, é patrimônio histórico cultural e cartão postal da cidade. Atualmente, a cidade conta com duas pontes que ligam ilha e continente.

^{iv} A Eletrosul - Centrais Elétricas S.A. é uma empresa subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

^v Alexandre, A. F. (2004). *Políticas de resolução de conflitos socioambientais no Brasil: o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis/Blumenau: Editora da UFSC e EdFurb. v. 01.

^{vi} Atualmente a cidade possui uma população de cerca de 421.240 habitantes. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2010 Recuperado em 13 de março de 2012 de <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

^{vii} Pozzo, R. R. E Vidal, L. M. (2011). A cidade contra a ilha: aspectos da urbanização contemporânea em Florianópolis in XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Belo Horizonte: UFMG. Recuperado em 20 de abril de 2012 de <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/6671fcd60a86451177ef975fdc5ff5ce.pdf>

^{viii} Ilha, aqui escrita com letra maiúscula porque é considerada como sinônimo da cidade.

^{ix} População residente no distrito em 2011: 9.475 habitantes; FONTE: Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico – PMISB, Recuperado em 20 de novembro de 2011 de http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_02_2011_14.10.48.ef4fa9f9080123c24722cf58ca7eb78.pdf

^x O Parque Lagoa do Peri possui uma área de 20,3 km² enquanto que a lagoa em si possui superfície em torno de 5 km².

^{xi} Apoiado e financiado pela SME, MEC, FNDE e UNESCO, o espaço da escolar é utilizado nos finais de semana e férias por animadores culturais da própria comunidade que recebem uma pequena ajuda de custo e materiais para a realização de atividades diversas tais como culinária, música, línguas, esportes, artes plásticas, artesanato, informática, etc.

^{xii} O Boi-de mamão é uma manifestação folclórica, presente na região litorânea do estado, em forma teatral que tem como tema principal a morte e a ressurreição do boi. Composta de várias personagens, estas entram em cena dançando. São normalmente acompanhados por músicos que narram uma “história” em forma de cantoria. Também conhecida como brincadeira, esta prática cultural é encontrada em várias partes do país com diferentes nomes como Bumba Meu Boi e Boi Bumbá.

^{xiii} Nascimento, 2003.

^{xiv} Fonte: E.B.M. Dilma Lúcia dos Santos, Projeto Político Pedagógico, Florianópolis: 2009.

^{xv} Políticos, imprensa, experts, professores e técnicos da Universidade Federal de SC.

^{xvi} Jornal Informativo do Sul. Nº007. jul. 2010. p.12

^{xvii} A comunidade iniciou as negociações com o poder público municipal em 2002. A atual escola foi inaugurada em 2004. Em 2006, institui-se o “Fórum em Defesa da Área Pública do Entorno Escolar” e obteve-se uma petição com 2.500 assinaturas. No mesmo ano, o projeto foi apresentado na Câmara de Vereadores. Em 2007, foi feita uma passeata e solicitação de audiência com o Prefeito e Secretário de Educação.

^{xviii} Embora o decreto-lei tenha sido renovado em 2012, não existe ainda nada acertado para a sua compra, pois essa deve ser antecipada no orçamento municipal. Atualmente, se sonda a possibilidade de negociação direta com os proprietários, tendo em vista que a prefeitura não toma a frente alegando falta de dinheiro para a compra do terreno, que na verdade são três e pertencem a três irmãos.

^{xix} Outros objetivos do projeto são: Construir um Centro de Educação Ambiental; Espaços de lazer, esportes e convivência social; um Centro Histórico e Cultural; Viabilizar escola em tempo integral; Desenvolver estudos dos ecossistemas locais, fomentar atitudes investigativas; Criar atrativos turísticos para o distrito, gerando trabalho e renda.